

No novo tempo... apesar dos perigos”: a transformação do CEFET-SC em IFSC

Milene Aparecida Martins Sobral¹   Roberta Paqualli²  

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar os entendimentos e as expectativas dos servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina acerca da transformação institucional em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa e descritiva, com procedimentos bibliográficos, documental e de campo com servidores do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Como técnica de pesquisa foi utilizado o estudo de caso e, para a análise dos dados, a análise de conteúdo. Como resultados, destaca-se que os principais entendimentos foram no sentido de garantir o apoio governamental para a consolidação de uma rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira e que as expectativas giraram em torno, principalmente, das possibilidades de ampliação da oferta de cursos superiores, interiorização, ampliação orçamentária e de número de servidores, transformando-o em uma instituição de excelência em todos os níveis de educação.

Palavras-chave: Educação Profissional, História da Educação Brasileira, Legislação do Ensino.

“In the new times... despite the dangers”: the transformation of CEFET-SC into IFSC

Abstract

The present study aims to analyze the understandings and expectations of the Federal Center for Technological Education of Santa Catarina's non-teaching staff about the institutional transformation into the Federal Institute of Education, Science, and technology of Santa Catarina. It is basic, qualitative, and descriptive research, with bibliographic, documentary, and field procedures with non-teaching staff of the former Federal Center for Technological Education of Santa Catarina's, current Federal Institute of Education, Science, and technology of Santa Catarina. As a research technique, the case study was used, and for data analysis, content analysis. As a result, it is worth highlighting that the main understandings were in the sense of guaranteeing government support for the consolidation of a Brazilian professional, scientific and technological education (PTE) network, and that expectations revolved mainly around the possibilities of expanding the offer of higher education courses, creation of educational institutions and courses in cities in the interior of Brazil, budgetary expansion, and increasing the number of non-teaching staff, transforming it into an institution of excellence at all levels of education.

Keywords: Professional education, History of Brazilian education, Educational legislation.

En los nuevos tiempos... a pesar de los peligros”: la transformación de CEFET-SC en IFSC

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar las comprensiones y expectativas de los empleados del Centro Federal de Educación Tecnológica de Santa Catarina sobre la transformación institucional en Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Santa Catarina. Se trata de una investigación básica, cualitativa y descrip-

¹ Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Brasil. E-mail: milene.martins@ifsc.edu.br

² Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Brasil. E-mail: roberta.pasqualli@ifsc.edu.br

tiva, con procedimientos bibliográficos, documentales y de campo con empleados del ex Centro Federal de Educación Tecnológica de Santa Catarina, actualmente Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Santa Catarina. Se utilizó como técnica de investigación el estudio de caso y, para el análisis de los datos, se utilizó el análisis de contenido. Como resultado, se destaca que los principales entendimientos fueron garantizar el apoyo gubernamental para la consolidación de una red brasileña de Educación Profesional, Científica y Tecnológica y que las expectativas giraron principalmente en torno a las posibilidades de ampliación de la oferta de carreras de educación superior, internalización, ampliación presupuestaria y de número de empleados, transformándola en una institución de excelencia en todos los niveles de educación.

Palabras clave: Educación Profesional, Historia de la Educación Brasileña, Legislación Educativa.

“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS, DE TODOS PECADOS, DE TODOS ENGANOS, ESTAMOS MARCADOS, PRA SOBREVIVER”: INTRODUÇÃO

A Rede Federal Educação Profissional de Santa Catarina iniciou-se, assim como no restante do país, a partir de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices. Na época, como se pode observar no referido Decreto, o objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes menos favorecidas ou dos “desvalidos da sorte” (Brasil, 1909).

Apesar de a regulamentação focar em um público específico, Manfredi (2002, p. 79) destaca que “os destinatários não eram apenas os pobres e desafortunados”, mas todos aqueles que pertenciam aos setores populares urbanos e que iriam transformar-se em trabalhadores assalariados. Deste modo, aponta que a formação profissional destinada aos trabalhadores fora marcada, num primeiro momento, como um elemento regulador da questão social, ou seja, de controle e disciplinamento das classes populares (Mandredi, 2002).

Durante seus primeiros anos, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina oferecia ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pauta, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Quase vinte 20 anos após a sua criação, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram por sua primeira transformação institucional e, a partir da publicação da Lei nº 378/1937, passaram a se chamar Liceus Industriais. Apesar da mudança de nome, nenhuma alteração nos seus objetivos principais foi identificada.

Por meio do Decreto-Lei nº 4.127/1942, o Liceu Industrial de Santa Catarina transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis e, naquele momento, começou a ofertar cursos industriais básicos, com duração de quatro anos e, também, cursos de mestria aos ingressantes no ensino secundário (IFSC, 2020). Logo após, com a Reforma Capanema, durante o Estado Novo³, ocorreram uma série de transformações na política educacional bra-

³ O Estado Novo foi um período de ditadura no Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi a terceira e última fase da Era Vargas, sucedendo ao Governo Provisório (1930-1934) e ao Governo Constitucional (1934-1937).

sileira e, entre anos de 1942 a 1946, foram estabelecidas as leis orgânicas dos ensinos secundário e industrial, comercial, primário e agrícola.

Cunha (2001) destaca que uma importante inovação da época foi o deslocamento do ensino profissional para grau médio, mantendo o ensino primário com um conteúdo eminentemente geral. Porém, de acordo com Ribeiro (2018) essas mudanças acabaram por legitimar o plano legal da dualidade no ensino brasileiro: um ensino secundário para as elites e uma educação profissional para as classes trabalhadoras.

Um marco importante para a história da educação profissional veio quando, em 1942, quando essas escolas foram transformadas em Escolas Técnicas/Industriais Federais e, com isso, novas organizações institucionais se configuram. Os currículos foram ampliados e aperfeiçoados, houve maior preocupação com a qualificação dos professores e, em decorrência disso, maior exigência quanto às suas formações.

A partir da publicação da Lei nº 4.749/1965, o nome da instituição mudou novamente, passando a se chamar Escola Industrial Federal de Santa Catarina. Por meio da Portaria Ministerial nº 331/68, a instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), nome que a tornou conhecida até os dias atuais, apesar de não se chamar mais assim há mais de cinco décadas. Naquele momento, a ideia era especializar-se em oferecer cursos técnicos de segundo grau e, optou-se por iniciar a extinção gradativa do curso ginasial, por meio da supressão de novas matrículas na primeira série. Com a publicação da Lei nº 5.692/1971, encerrou o ensino de primeiro grau, passando a funcionar apenas com ensino de segundo grau (IFSC, 2020).

Entre os anos de 1970 e 1980 a ETFSC implantou diversos cursos técnicos: Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado. Na década de 1990, ampliou seu leque de atuação, passando também a oferecer cursos na área de Informática, Enfermagem e Segurança do Trabalho na grande Florianópolis e cursos na área têxtil, em Jaraguá do Sul.

Em 1994, com a Lei nº 8.948, todas as ETF foram transformadas em CEFET, condicionado à publicação de decreto presidencial para cada centro. Entretanto, somente em 27 de março de 2002, quase oito anos após a publicação da Lei nº 8.948/1994, o CEFET-SC foi institucionalizado (IFSC, 2020).

Com a publicação da Lei nº 11.195/2005, teve início, em todo o país, um processo de interiorização e de expansão das Instituições Federais de Educação Profissional. A legislação anterior, Lei nº 9.649/1998, impedia a construção de novas ETF sem parceria com os Estados e a revogação dessa Lei foi o primeiro passo dado pelo Ministério da Educação (MEC) para dar início ao processo de expansão da Rede Federal.

A Lei nº 11.892/2008, transformou o CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) criando, no âmbito do MEC, um novo modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Estruturados a partir do potencial instalado nos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e Escolas vinculadas às Universidades Federais, nasceram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), como observamos no 2º parágrafo da referida lei:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Diante dessa nova legislação, os IF passaram a ter sua oferta especializada em EPT, por meio da oferta de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e é nesse cenário que a pesquisa aqui apresentada se constituiu. Entre avanços e retrocessos, novos tempos e espaços, os IF buscaram e, ainda buscam consolidar-se.

Nessa direção, o objetivo deste texto é apresentar os resultados de um estudo que analisou quais eram os entendimentos e as expectativas dos servidores do então CEFET-SC acerca da transformação institucional a partir do lançamento da chamada pública MEC/SE-TEC nº 002/2007 (Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET) e a publicação do Decreto nº 11.892/2008.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica que se assenta em uma perspectiva qualitativa. Quanto ao objetivo, a pesquisa é descritiva que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), registra e descreve os fatos observados sem interferência do pesquisador.

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso intrínseco que, segundo Stake (2006), busca melhor compreensão de um caso particular. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e fontes documentais como, por exemplo, a legislação sobre os IF, regulamentações internas do CEFET-SC, atas de reuniões e teses favoráveis ou não à transformação do CEFET-SC em IF. Também foi aplicado um questionário por meio da ferramenta *Google Forms* com servidores públicos envolvidos no processo de consulta da transformação do CEFET-SC em IF, nos anos de 2007 e 2008. O questionário contou com 18 questões divididas em dois grupos de perguntas. O primeiro grupo buscou a identificação dos sujeitos da pesquisa e o segundo grupo teve como finalidade obter informações sobre o processo interno de transformação institucional a partir das recordações dos sujeitos da pesquisa.

Foram convidados 800 servidores que fizeram parte do processo de transformação do CEFET-SC em IFSC, via endereço eletrônico, para participar da pesquisa respondendo ao

questionário. Aceitaram participar da pesquisa 81 servidores que foram denominados como participantes (P). Foram considerados os aspectos da pesquisa no âmbito virtual de acordo com a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS e a pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa do IFSC sob o número 5.397.398.

Os dados produzidos pelos questionários foram analisados a partir da metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977) que se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para Bardin (1977, p. 38), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Além desta introdução, esse texto está estruturado em outras três seções: na primeira apresenta-se os pressupostos teóricos que tratam das novas instituições de EPT e a conjuntura política e econômica. A segunda traz os resultados da pesquisa e as análises procedentes. A terceira e última seção apresenta as considerações finais sobre o estudo. Também, na sequência, apresentam-se as referências utilizadas.

NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS, DA FORÇA MAIS BRUTA, DA NOITE QUE ASSUSTA, ESTAMOS NA LUTA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para conhecer e entender as instituições escolares brasileiras, é necessário fazer um esforço de investigação do seu passado, considerando que a história das Instituições de Educação Profissional no Brasil sempre esteve diretamente ou indiretamente ligada aos processos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais que marcaram e ainda marcam a formação da nação brasileira.

Para Saviani (2005) a palavra instituição se apresenta como uma estrutura criada pelo homem para atender determinada demanda. São criadas para ter continuidade e não para terem tempo de caráter transitório:

Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notamos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Elas se resolvem na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura (Saviani, 2005, p. 28).

Saviani (2005) também afirma que as instituições estão submetidas e se moldam às necessidades que o tempo histórico lhes impõe, adaptando-se, assim, às funções sociais daquele tempo. Para dar conta da transitoriedade das instituições, Saviani ressalta a importância do tempo histórico, que nem sempre caminha junto do tempo cronológico ou do

tempo psicológico. Aponta que a necessidade da criação de determinada instituição, está relacionada ao tipo de atividade que se quer institucionalizar (Saviani, 2005, p. 29).

Para Sanfelice (2008), cada instituição tem sua singularidade, mas é necessário observar o universal, ou seja, a totalidade. Pesquisar os movimentos institucionais é parte fundamental para a compreensão das mesmas. “Se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras” (Sanfelice, 2008, p. 198).

Nessa direção, ressalta-se a necessidade de estudar as instituições a partir de uma perspectiva ampla, com o intuito de perceber seus movimentos internos, sem perder de vista o contexto político-pedagógico na qual ela está inserida. Sendo assim, pensar a história das instituições a partir das peculiaridades regionais, sem desconsiderar a conjuntura nacional, é uma possibilidade de conhecer determinados momentos sob uma ótica diferente e não apenas das narrativas dos documentos oficiais.

Considerando o exposto anteriormente e com foco nos anos que antecederam a transformação do CEFET-SC em IFSC, destaca-se que, com o término do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) muitas esperanças foram depositadas no governo sucessor, de Luís Inácio Lula da Silva, por parte de vários setores progressistas da população civil organizada, em especial, das organizações científico-educacionais e de movimentos de trabalhadores na área da educação (Ribeiro, 2018). Existia uma aposta em mudanças profundas, em especial contra a estruturação e os rumos que havia tomado a educação profissional, principalmente no período de 1994-2002, durante os governos de Itamar Franco e FHC.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação profissional foi considerada um processo educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade. Com algumas conquistas, o texto aprovado, na verdade, foi de uma lei minimalista, que permitiu uma onda de reformas na educação brasileira, dentre as quais esteve a publicação do Decreto nº 2.208/1997, que regulamentou os artigos 39 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB (Ramos, 2014).

Com essa nova regulamentação, os níveis para a educação profissional foram definidos da seguinte forma: básico, técnico e tecnológico. O nível técnico destinava-se à habilitação profissional de estudantes matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro e podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Conforme aponta Ramos (2014), tal medida significou uma grande perda para as políticas de educação profissional, no sentido de novamente caminhar em direção ao ensino dual.

No início do governo Lula, a maior reivindicação tratava-se do ponto mais polêmico, que dizia respeito à necessidade da revogação do Decreto nº 2.208/1997, visto que este materializou o projeto de separação e oposição entre a formação geral e a profissional. Vários foram os debates em torno dos rumos da educação profissional, como observam (Frigotto *et al.*, 2005, p. 2): “[...] o processo manteve-se polêmico, em todos os encontros, debates e audiências realizados com representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais”. Pode-se perceber o tensionamento existente em torno da disputa de diversos grupos de interesse sobre os caminhos e oferta da educação profissional.

Nessa conjuntura, em julho de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.154, que revogou o Decreto nº 2.208/1997. Frigotto *et al.* (2005) explicitam que, naquele momento, verificou-se três posicionamentos em disputa: o primeiro que pregava a ideia de apenas revogar o Decreto nº 2.208/1997 e colocar em discussão a política de ensino médio e de educação profissional; o segundo que defendia a manutenção dos decretos vigentes e; o terceiro e último, que também defendia a revogação do Decreto nº 2.208/1997, apresentando inúmeros documentos que sugeriam supressões, alterações ou aditivos para novo Decreto. No entanto, para Borborema:

[...] o terceiro posicionamento surgiu do entendimento de que “a simples revogação do Decreto nº 2.208/97 não garantiria a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica”. Portanto, não havia divergência de ideias entre o primeiro e o terceiro posicionamentos, mas sim na forma política de encaminhamento destes posicionamentos (Borborema, 2013, p. 74).

Embora Frigotto *et al.*, (2005) afirmem que apenas a revogação do Decreto não seria suficiente para atender a demanda das forças progressistas que desejavam colocar em prática a articulação do ensino médio com a educação profissional e, também, estabelecer uma educação politécnica, percebe-se que a revogação do Decreto nº 2.208/1997, com as devidas ressalvas, foi considerada uma medida importante para os rumos da EPT no Brasil e, conseqüentemente, para a criação da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) brasileira. Para Moura (2007) a revogação do Decreto nº 2.208/1997 possibilitou uma aproximação com uma formação unitária e politécnica:

Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto nº 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção (Moura, 2007, p. 20).

Para Figueiredo (2019), a nova legislação também apresentava possibilidades para um novo caminho rumo à integração entre as disciplinas técnicas e as da área geral, além de colaborar em direção ao rompimento com o dualismo que separa o mundo do trabalho e da educação para a formação acadêmica. Para este pesquisador, as legislações modificadas a partir de 2004, foram fundamentais para a estrutura de uma proposta de criação de uma

nova institucionalidade. A revogação do Decreto nº 2.208/1997 e as novas possibilidades a partir dela pautaram, de acordo com as análises de Figueiredo (2019), a reorganização das Instituições Federais de Educação Profissional, que passaram a ter novos referenciais e diretrizes.

A partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 tem-se a materialização de uma nova institucionalidade considerando que esse documento efetivava as regras para a transformação da atual Rede Federal de Educação Profissional em RFEPCT com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, chamados, à época de IFETs. As instituições tiveram, a partir do seu lançamento, em dezembro de 2007, 90 dias para efetivar a discussão nos seus interiores e encaminhar ao MEC sua proposta de adesão com uma série de informações que a avalizasse (Brasil, 2007).

Até a publicação da Lei que criou os IFs, a Rede Federal de EPT, segundo dados do MEC e da SETEC, contavam com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal. Sendo assim, a nova proposta do Governo Federal, deixava os CEFETs em situação mais confortável, pois indicava um leque de ofertas já conhecido por essas instituições. O mesmo não acontecia com as Escolas Agrotécnicas que ainda desejavam transformar-se em CEFETs e, portanto, apresentaram inicialmente resistência com a nova configuração da rede proposta.

Após a adesão das instituições, foi colocado em pauta o Projeto de Lei (PL) nº 3775/2008, destacando que os IFETs seriam especializados na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, pluricurriculares e multicampi. Quanto à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os IFETs seriam equiparados às Universidades Federais.

Assim, em dezembro foi aprovada a Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), mantendo a mesma redação do PL nº 3775/2008.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (Brasil, 2008).

Os caminhos percorridos para transformação do CEFET-SC em IFSC não foram livres de tensionamentos já que, ao reconstruir as discussões, tensões e encaminhamentos no primeiro mandato do presidente Lula até a materialização da RFEPCT, percebeu-se o interesse em pleitear um *status* da oferta de cursos superiores, assim como à busca de ofertar cursos superiores e de Pós-Graduação em detrimento da oferta de cursos técnicos de nível médio.

Como observa Ciavatta (2010, p. 160), essa seria uma “tendência universal brasileira” ao apreço à educação superior. Para essa autora, existe a hipótese de que quase toda a Rede Federal de EPT aspirava, nos últimos anos, ser transformada em Universidade Tecnológica (UT). Tal tendência, para a autora reflete a questão histórica da expressão do dualismo estrutural na sociedade brasileira, ou seja, “a valorização do trabalho intelectual, associado ao ensino superior, e menosprezo às atividades manuais, consideradas inferiores, associadas a cursos técnicos” (Ciavatta, 2010, p. 160).

“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS CASTIGOS, ESTAMOS CRESCIDOS, ESTAMOS ATENTOS, ESTAMOS MAIS VIVOS”: ANÁLISES E RESULTADOS

Compreende-se que os interiores do antigo CEFET-SC e do atual IFSC é um cenário complexo, considerando que neste espaço há grupos de servidores diversos, reflexo de uma sociedade plural e que possui projetos em permanente disputa. Ribeiro (2018) destaca que

[...] dentro dos IFs nós encontramos as mais variadas posições políticas e concepções de educação. Encontramos colegas (docentes e técnicos administrativos) e discentes que defendem implícita ou explicitamente uma aproximação com a lógica do mercado e compactuam com as Teorias do Capital Humano (TCH), tendo clareza ou não das implicações dessas teorias. Assim como temos também, no extremo oposto, pessoas que defendem a escola pública, gratuita e próxima de concepções do caráter politécnico e de uma formação integral na educação, mesmo não tendo entendimento das nuances que envolvem as discussões a respeito dessas temáticas no âmbito de uma pedagogia crítica (Ribeiro, 2018, p. 86).

É, então, neste cenário em disputa e transformação que se apresenta os resultados dessa pesquisa.

OS SUJEITOS DA ‘TRANSFORMAÇÃO’

Em 2022, ano de realização da coleta de dados dessa pesquisa, a faixa etária dos participantes da pesquisa era de 40 a 60 anos. No que diz respeito ao gênero dos participantes, 50,6% denominaram-se do gênero masculino e, 49,4%, denominaram-se do gênero feminino. Quando perguntados sobre o ano de ingresso na instituição, 38 servidores responderam que ingressaram entre os anos 2000 e 2007 e, 43 servidores afirmaram que ingressaram entre os anos 80 e 90, sendo que os últimos contavam com uma trajetória mais longa na educação profissional. Alguns ainda estão na ativa e, outros, estão aposentados.

Sobre quais os cargos que os entrevistados ocupavam na instituição em 2007 obteve-se as seguintes respostas: 61,7% eram docentes e 38,3% eram Técnico Administrativos em Educação (TAES). A carreira dos TAES é estruturada em 3 níveis, sendo eles: nível C, carreira que exige ensino fundamental completo, carreira de nível D, carreira que exige ensino médio completo e carreira de nível de E, que tem exigência de nível superior completo. Deste modo, os 38,3% participantes TAES da pesquisa estão divididos da seguinte forma:

Nível C, 2 participantes (2,5%), Nível D, 10 participantes (12,3%) e, Nível E, 19 participantes, totalizando (23,3%).

Quanto ao tempo de trabalho na instituição no ano de 2007, ano esse que se iniciaram os debates, os participantes responderam: até 1 ano, 18 servidores (22,2%), até 2 anos, 9 servidores (11,1%), até 5 anos, 9 servidores (11,1%), até 10 anos, 3 servidores (3,7%), até 15 anos, 14 servidores (17,3%), até 20 anos, 20 servidores (24,7%), até 25 anos, 5 servidores (6,2%) e, até 30 anos, 3 servidores (3,7%).

A respeito das UNEDs de atuação desses participantes destaca-se: Araranguá, 5 servidores (6,2%), Chapecó, 3 servidores (3,7%), Florianópolis, 40 servidores, (49,4%), Florianópolis-Continente, 3 servidores (3,7%), Jaraguá do Sul, 9 servidores (11,1%), Joinville, 3 servidores (3,7%) e, São José, 13 servidores (16%).

O DEBATE PARA A TRANSFORMAÇÃO NO CEFET-SC

A transformação do CEFET-SC em IFSC iniciou como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado, oficialmente, pelo MEC, em abril de 2007. No CEFET-SC, foi possível identificar que as discussões envolvendo a comunidade acadêmica iniciaram em meados de junho de 2007, aproximadamente um mês após o lançamento do PDE e da publicação do Decreto nº 6.095/2007, que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFETs, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Após a publicação do Decreto nº 6.095/2007, de acordo com Silva *et al.* (2014), a Direção-Geral do CEFET-SC encaminhou comunicado para todas as suas UNEDs, orientando para o debate interno e, posterior, envio do posicionamento a respeito da possível transformação do CEFET-SC em IFET. Com base nos relatos de cada UNED, percebeu-se que, naquele momento, as discussões ocorreram de forma desordenada e coube a Direção de cada UNED encaminhar a demanda como considerou adequado.

Apesar da Direção-Geral do CEFET-SC ter se posicionado favorável a respeito da proposta de transformação institucional apresentada pelo MEC para a criação de nova institucionalidade, muitas eram as preocupações da comunidade acadêmica apresentada nos primeiros registros. Diversos temas foram recorrentes nas UNEDs, tais como: carreira docente, escolha de Reitor/a, engessamento da oferta por conta do cumprimento dos percentuais dispostos no decreto, viabilidade do aumento no número dos servidores, abandono da ideia de transformação em UT, entre outros.

Esses temas foram tomando a centralidade do debate em praticamente todas as UNEDs, deixando as questões de cunho político-pedagógico em segundo plano. Questões relacionadas à educação politécnica não aparecem nos relatos assim, como não aparecem

questões sobre a formação de docentes e servidores para atuarem naquele novo cenário institucional.

De acordo com Silva *et al.* (2014), o Colegiado de Administração do CEFET-SC, com o retorno das discussões realizadas nas UNED em mãos, colocou em pauta a discussão sobre a transformação em IFET, entre os meses de setembro e outubro de 2007. Em reunião realizada em novembro de 2007 foi estabelecida a metodologia que seria aplicada para mapear o posicionamento dos servidores e estudantes. Porém, as atas das citadas nas reuniões não foram localizadas e, por conta disso, o teor dessa discussão e os encaminhamentos não foram possíveis de serem analisados.

Nesse contexto de dúvidas e incertezas foi lançado, em 12 dezembro de 2007, a chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 – Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, que tinha por objetivo analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Apesar da similaridade entre as intenções postas no Decreto nº 6.095/2007 para as instituições da rede EPT e, portanto, o teor minimamente já conhecido pela comunidade acadêmica, as instituições seguiram com muitas dúvidas, como relatam Silva *et al.* (2014), além de ter apenas 90 dias para encaminhar a sua proposta de transformação. Levando em conta o calendário escolar do CEFET-SC, com período de férias agendadas sempre entre os meses de dezembro e janeiro, esse tempo tornou-se ainda menor, restando aproximadamente 50 dias, para que comunidade acadêmica se apropriasse e debatesse sobre as implicações da nova institucionalidade.

Quando os participantes da pesquisa foram indagados sobre o conhecimento das intenções do MEC em transformar em IFET obteve-se 92,6% de respostas afirmativas e, 7,4% negativas. Percebe-se, a partir das respostas dos participantes, que de fato foi uma pauta que mobilizou e despertou interesse entre TAEs e docentes já que, também havia sido encaminhada uma primeira consulta às UNEDs, como citado anteriormente, para que as informações sobre as novas intenções do MEC passassem a fazer parte das discussões do CEFET-SC.

Quando questionados sobre como haviam tomado conhecimento da intenção do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET, os participantes da pesquisa responderam que: “Já existiam diversas conversas pelos corredores, que sempre tomavam como base a UTFPR. Em 2008, a própria instituição divulgou em reuniões a notícia e na época a própria diretora do sistema visitou o câmpus, tornando público o debate” (P32). “Pela divulgação no campus [...] pelos gestores e pelos representantes docentes nos órgãos colegiados” (P65). “Pela Diretora geral da época” (P18). “A informação foi divulgada pela Direção-Geral [...] nós acompanhamos bem de perto as informações da SETEC/MEC” (P28).

Observamos, novamente, que a própria Direção-Geral colocou o assunto em pauta ao fazer a primeira consulta às UNEDs e isso fomentou a disseminação das intenções do MEC naquele momento. Mas foi somente a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 que o Colegiado de Administração do CEFET-SC reuniu-se, em 13 de fevereiro de 2008, após as férias escolares, para estabelecer a metodologia de consulta aos servidores e estudantes e também um calendário de debate (Silva *et al.*, 2014).

Naquele momento, o colegiado e os representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE-SC), propuseram que a decisão de transformação deveria passar por decisão da comunidade acadêmica e, portanto, foi determinada a realização de um plebiscito. Para a condução e coordenação deste plebiscito foi criada uma comissão que contava com representantes da Direção-Geral do CEFET-SC e do SINASEFE-SC.

Foi, também, estabelecido o recebimento de teses (Silva *et al.*, 2014), que seriam as proposições com argumentos favoráveis ou contrários à transformação do CEFET-SC em IFET, que poderiam ser enviadas por qualquer servidor ativo ou estudante, de modo individual ou coletivo e seriam apresentadas nas UNEDs, conforme calendário preestabelecido. Ficou estabelecido que, no caso do recebimento de mais de uma tese com o mesmo posicionamento, as mesmas deveriam se unificar a partir do comum acordo entre os proponentes. Deste modo, deveria ir para o debate nas UNEDs, apenas uma tese para cada uma das situações: em defesa da transformação em IFET ou contrária a transformação em IFET.

Com as regras estabelecidas para a consulta pública, foram recebidas apenas duas teses, uma favorável à transformação e uma contrária. A tese favorável à transformação foi assinada por todos os gestores das Unidades do CEFET-SC na época e, a tese contrária à transformação, assinada por um grupo de 8 docentes de diferentes departamentos da UNED de Florianópolis.

A tese favorável defendia a transformação em IFET⁴ e era intitulada “O credenciamento do CEFET-SC como IFET-SC: A necessária e oportuna evolução institucional”. Utilizava como argumentos principais: a possibilidade de expansão e, conseqüentemente, a oferta de EPT para mais cidades em Santa Catarina e também a ampliação dos itinerários formativos; maior autonomia administrativa e pedagógica, enfatizando o modelo administrativo descentralizado e como cada unidade se beneficiaria desse modelo; identidade institucional assegurada, tendo em vista as ofertas de cursos técnicos terem assegurados 50% das matrículas; fomento à pesquisa e a recursos antes destinados apenas às universidades; e a reestruturação do plano de carreira docente com perspectivas de equiparação da carreira docente das universidades.

⁴ IFET é uma sigla que foi usada pelo Ministério da Educação para designar as instituições profissionalizantes que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No entanto, o nome IFET foi substituído por IF, que significa Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

A tese contrária intitulada “Consolidar o CEFET como parte da Política Pública de Estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e garantir sua autonomia”, apresentou os seguintes argumentos para não efetivação da transformação: preservação da identidade institucional, que não estava garantida com a transformação; a nova instituição não acrescentaria novidades a já existentes na estrutura acadêmica do CEFET-SC, dúvidas sobre a verdadeira intencionalidade do MEC em reorganizar a Rede de EPT, visto que o CEFET-SC não passaria por essa reformulação, pois manteria sua atual estrutura de Unidades e, ainda, que a expansão não deveria estar atrelada à transformação, visto que isso não estava garantido.

Quando os participantes da pesquisa foram indagados sobre a condução desse debate, obteve-se descrições bastante divergentes que evidenciam como o processo ocorreu sobre tensionamentos e que, possivelmente, trouxe consequências para a implementação da nova instituição: “Eu lembro que não havia muita alternativa. Foi dada a opção de manter-se CEFET, mas como sabia-se que seria uma instituição a ser extinta com o tempo [...]” (P06). “Foi para inglês ver! A maioria da comunidade era contrária à transformação [...]. Mas, a então Reitora, batia o pé, com o principal argumento de que não receberíamos verba, se não concordássemos com a transformação e nosso orçamento ficaria à míngua” (P11). “Ocorreram reuniões departamentais para esclarecimento [...]. Foram realizadas assembleias com a participação da comunidade acadêmica e defesas prós e contras a transformação [...]. Acredito que o processo foi democrático e permitiu que todos se manifestassem” (P81).

Perguntou-se aos participantes da pesquisa quais foram os entendimentos sobre as teses apresentadas e obteve-se as seguintes respostas: “Ainda que com restrições, meu entendimento era de que a instituição deveria avançar, porém restringindo seu campo de atuação única e exclusivamente na formação profissional” (P03). “Sempre entendi que a tese contrária era mais movida por dúvidas do que por convicções. Dúvidas relacionadas à questão orçamentária, autonomia institucional e a nossa identidade institucional. Já com relação à tese favorável, existiam muitas vantagens apresentadas. Vantagens que previam a internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas e a interiorização e criação de novos campus” (P29). “Ambas tinham pontos positivos e negativos, porém a tese de transformação em IFSC era a tese que teria garantia de implementação, enquanto que a tese contrária, de tentar se transformar em universidade era totalmente improvável (P81).

Aqui, já é possível identificar que as apresentações das teses, tiveram um papel fundamental para o convencimento da comunidade acadêmica no que diz respeito à transformação e a busca por um número maior de sujeitos em consenso. Aos poucos a ideia de transformação em UT foi ficando distante e improvável e foi dando lugar ao novo projeto do MEC.

Percebeu-se que o debate em torno do ensino técnico, que se transformaria na maior fatia de oferta a partir dos critérios estabelecidos pelo Decreto, não teve destaque por parte de nenhuma dessas teses. Entretanto, foi possível observar que uma parcela, embora menor, dos participantes da pesquisa apresentou os destinos do ensino técnico como uma preocupação já que era clara a intencionalidade do governo brasileiro na ampliação ao ensino técnico de nível médio, visto que a oferta de vagas para este nível de ensino ficou determinada em 50% em forma de lei. Essa intencionalidade de percentual foi, de alguma maneira, na contramão do que esperava parte da comunidade acadêmica do CEFET-SC, que era a sua transformação em UT e, conseqüentemente, a busca por uma maior autonomia para a escolha de seu leque de ofertas.

Uma parte dos servidores segue fazendo a defesa pela manutenção do CEFET-SC, pois considerava a transformação uma imposição do MEC. Além disso, argumentam que o leque de ofertas proposto já estava contemplado naquela configuração institucional. Outro fator apontado por essa parcela dos participantes é a preocupação com a identidade institucional que poderia sofrer prejuízos em função de mais uma mudança de nome num curto espaço de tempo. “A tese de transformação do CEFET em IF era uma reprodução dos argumentos do MEC quanto a reestruturação da Rede Federal e a tese de manutenção do CEFET se apresentou como uma reação à imposição do MEC que desconsiderou a trajetória que a Instituição vinha desenvolvendo” (P67). “Não havia a menor necessidade de virarmos instituto! Bastaria que o Governo procedesse com os investimentos que dizia querer fazer no CEFET-SC ou nos promover a UTFSC, como era a vontade de muitos!!!! Para mim, a única lógica que permeia tudo isto foi politicagem e aparelhamento do Estado” (P11).

A partir dos argumentos apresentados pelas duas teses, após a apresentação e debates em todas as UNEDs ocorreu a consulta pública envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica: em 28 de fevereiro na UNED de São José e, no dia 06 de março nas demais UNEDs. A contagem de votos ocorreu em 07 de março na UNED de São José e teve como tese vencedora a que defendia a transformação em IFET, com 76,06%, dos votos.

Sobre as expectativas e os pontos relevantes que foram decisivos para os servidores se posicionarem a favor da tese vencedora, destacamos alguns depoimentos que, inclusive, irão se repetir em posicionamentos de diversos participantes: “Ampliação da oferta, alinhamento com o governo federal, permitindo assim, abrir-se mais vantagens em vários campos, caso contrário correríamos o risco de nos tornarmos obsoletos além de que, em alguma forma indireta poderíamos ser penalizados pelo então governo federal, ou pelo menos, deixados em segundo plano em relação a nova rede de institutos” (P50). “A meu ver, a instituição poderia melhorar continuamente e atender sua missão quer se transformasse ou não. Minha opção foi essencialmente pragmática. Entendi que havia um movimento forte do MEC nesse sentido e me pareceu melhor para a instituição seguir por esse caminho. A transformação traria novas oportunidades e possibilidades, teríamos uma instituição mais

articulada ao movimento em curso. Em suma, vi a transformação mais como uma oportunidade e um bom desafio do que como uma ameaça” (P48).

A partir dos apontamentos dos participantes, pode-se inferir que a ampliação dos recursos orçamentários prometidos pelo MEC estavam entre os argumentos mais destacados pelos participantes da pesquisa, acompanhado das questões relativas à ampliação de oferta de nível superior. Vale ressaltar que esses são os argumentos também postos na tese favorável e que, de alguma maneira, colaboraram para influenciar na decisão da comunidade.

A parcela de servidores que votou contra a transformação institucional vai seguir apresentando os argumentos postos durante todo o processo de debate e votação. Dentre eles, destacam-se a perda de autonomia e os percentuais estabelecidos no Decreto nº 6.095/2007 como desvantagens na transformação. Tais argumentos podem ser visualizados nos depoimentos a seguir: “[...] perdermos autonomia para decidir quais cursos e modalidades queremos ofertar. A PL dos institutos engessou bastante a oferta. [...] a inviabilização do percurso natural para o CEFET-SC: virarmos uma Universidade Tecnológica, com um grande e eficiente Colégio de Aplicação” (P11). “A instituição perde a autonomia se tornando ferramenta do MEC” (P18).

Observa-se que a perda de autonomia vai configurar como umas das principais causas para os que defendiam a tese contrária. Além disso, os percentuais estabelecidos pelo Decreto nº 6095/2007, estabelecendo que metade de toda a oferta institucional seria em forma de cursos técnicos, motivou a não adesão desta parcela dos participantes. Ressalta-se que, no modelo existente de UT, esse percentual não foi colocado, deixando, assim, a instituição com mais flexibilidade para a escolha de cursos.

Quando questionados sobre quais os aspectos inovadores no projeto institucional apresentado pelo MEC, observou-se que os participantes seguiram com apontamentos semelhantes aos já apresentados como justificativa para aprovação da transformação em IFET. Percebe-se que a promessa de ampliação do nível superior vai acomodar as pretensões dos servidores. A possibilidade de ampliação da pesquisa e da extensão, também estará ligada ao aspecto inovador esperado pelos participantes como visualiza-se a seguir: “Por ser um modelo de êxito de instituição de ensino, no que se refere a atender o ensino, a pesquisa e a extensão” (P14). “Acredito que trouxe muita inovação sim. Iniciamos vários projetos novos nas frentes de pesquisa e extensão, bem como a criação direta de novos cursos” (P21). “Em alguns aspectos, sim. Por exemplo, a ideia de uma instituição com múltiplos campus, articulada aos arranjos produtivos locais, trabalhando com os diversos níveis de formação profissional. (P48)

A criação desta nova instituição também esteve relacionada ao projeto de UT, pois mesmo o Governo Federal adicionando ao Decreto nº 6095/2007 percentuais que deveriam ser cumpridos pela instituição, manteve-se a possibilidade de ampliação de oferta de nível

superior que encontrava-se em torno de 10% de toda oferta. Com a nova configuração institucional esse percentual poderia chegar até 30%, e foi, deste modo, pacificando os desejos criados anteriormente.

As discussões em torno das questões políticas pedagógicas não ocupam uma centralidade neste debate no interior do CEFET-SC, como observado nos argumentos apresentados pelas duas teses, que serão os principais elementos que irão compor essa discussão. De todo modo, indagou-se os participantes sobre suas expectativas acerca do fortalecimento das ofertas já vigentes no CEFET-SC e obteve-se, entre outras respostas, às seguintes: “Eu entendia que teríamos a mesma força nos cursos já existentes, mas com potencial para ampliação das ofertas de ensino para outros níveis como graduação e pós-graduação” (P06). “[...] Melhoria no acesso a recursos CAPES/CNPq⁵” (P73), indicando que as expectativas criadas com a nova instituição seguem versando sobre as possibilidades de ampliação de oferta de nível superior e sobre o *status* administrativo de universidade.

Além disso, os participantes foram questionados se as concepções de educação profissional estiveram presentes nesse momento de debate: “Em parte sim, mas o que de fato estava em jogo era a liberação de recursos financeiros, isto é, a decisão final foi tomada com base no financeiro, não tanto pelo acadêmico ou pedagógico” (P09). “Não foram muito aprofundados esses temas. Talvez pelas dúvidas, medos e incertezas que eram mais fortes naquele momento. Queríamos fazer o certo e o melhor para a instituição. Isso era uma decisão e uma responsabilidade muito grandes” (P29).

O Decreto nº 6.095/2007 por trazer poucos elementos a respeito do funcionamento dessas novas instituições, favoreceu que essas dúvidas tomassem a centralidade desse debate e, deste modo, o novo modelo EPT proposto pelo governo vai aparecer de modo secundário. E foi dentro desse contexto, de dúvidas e incertezas, mas também com o apoio de uma parcela significativa da comunidade acadêmica que foi enviado, em março de 2008, pela Direção-Geral, o projeto de transformação de CEFET-SC em IFET.

É interessante ressaltar que as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, ou seja, as instituições enviaram seus projetos de aderência à Chamada Pública 002/2007/MEC, sem o conhecimento desse documento e, portanto, sem o efetivo debate sobre o seu teor dentro das instituições. Foi somente em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, que foi instituída a RFEPT, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁵ A CAPES é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma agência do Ministério da Educação (MEC) que atua na pós-graduação e na formação de professores. Já o CNPq, ou Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é uma fundação pública que tem como objetivo fomentar a pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS, A GENTE SE ENCONTRA, CANTANDO NA PRAÇA, FAZENDO PIRRAÇA, PRA SOBREVIVER” – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos documentos institucionais analisados, foi possível identificar que o debate interno no CEFET-SC teve início em meados de junho 2007, um mês após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação e da publicação do Decreto nº 6095/2007 e não apenas com a Chamada Pública 002/2007/MEC, datada de dezembro de mesmo ano. Apesar das escassas informações disponibilizadas pelo MEC sobre a reorganização da Rede Federal EPT, a Direção-Geral do CEFET-SC foi, de algum modo, buscando um consenso, entre as suas unidades descentralizadas e as comunidades acadêmicas, a respeito da adesão ao novo projeto do governo.

Percebeu-se que o projeto de transformar o CEFET-SC em UT, a exemplo do ocorrido com o CEFET-PR no final de 2005, permeou as expectativas e entendimentos dos servidores do CEFET-SC durante o processo de transformação em IFSC. A expectativa por ofertas puras de educação profissional e da ampliação da oferta de cursos de nível superior, bem como as possibilidades de ampliação de projetos de pesquisa e extensão, foram utilizados como um dos principais argumentos para o apoio à transformação.

Diante desse contexto, as expectativas e entendimentos iniciais dos sujeitos que participaram desse processo foram de dúvidas e até de resistência, pois tratava-se de um projeto desconhecido, elaborado num curto espaço de tempo e que vai contrariar as expectativas de transformação em UT. Após a tentativa inicial da Direção-Geral do CEFET-SC junto das UNEDs, para apoio do processo de transformação institucional e o retorno negativo frente à transformação, foi estabelecido, por esses dirigentes, uma consulta pública à comunidade acadêmica para colaborar para aprofundar o debate sobre a nova institucionalidade. Apesar de ter sido um debate aligeirado, considera-se que tal movimento contribuiu grandemente para ampliar o apoio ao processo de transformação.

É possível apontar que a consulta pública realizada no CEFET-SC, tem sua origem a partir do retorno encaminhado pelas UNEDs pois, diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto nº 6.095/2007, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica. A apresentação das teses e seus desdobramentos tiveram papel fundamental para a aprovação da tese favorável.

Observou-se, ainda, que mesmo a proposta vencedora sendo a opção favorável à transformação em IFET, esse processo no interior do CEFET-SC foi marcado por tensões, que ainda sobrevivem nos relatos sobre aquele momento institucional. Também se observou que as expectativas a respeito da nova instituição giraram em torno principalmente das possibilidades do aumento da oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabe-

lecidos na lei), expansão institucional, aumento do número de matrículas, interiorização da rede, ampliação orçamentária e de número de servidores o que, de certo modo, redesenha o projeto de UT abandonado pelo MEC.

É curioso o fato de as Concepções e Diretrizes para os Institutos Federais terem sido lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, ou seja, apenas após a adesão das instituições a Chamada Pública 002/2007/MEC. Tal fato corrobora com os dados da pesquisa, que mostraram que o debate a respeito da oferta dos cursos propostos pelo MEC, bem como as questões pedagógicas sobre de que EPT, ocuparam um lugar secundário nas expectativas e entendimentos dos participantes.

REFERÊNCIAS

BORBOREMA, Caroline Duarte Lopes de. **Discursos na/da educação profissional e tecnológica: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, 2013. TESE. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10358>. Acesso em: 13 jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5766, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007**. Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 13 mai. 2024.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)?. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Departamento de Administração Educacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.flacso.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=127&Itemid.=137. Acesso em: 20 mai. 2024.

FIGUEIREDO, Amilton de Moura. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: contexto de influência, produção de texto e tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos federais**, 2019. TESE. Disponível em: <http://>

www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9031?show=full. Acesso em: 13 jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087–1113, out. 2005.

IFSC. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi-2020-2024>. Acesso em: 08 mai. 2024.

LINS, Ivan. **No novo tempo**. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auVytLbKXdU>. Acesso em: 22 mai. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidades históricas e perspectivas de integração. **Revista Holos**, v.2, 2007. Disponível em <http://www.cefetrn.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em 05 de fev. De 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9115>. Acesso em: 13 mai. 2024.

SANFELICE, José Luis. História das Instituições Escolares: Desafios Teóricos. **Série-Estudos**, 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212>. Acesso em: 13 de jun, de 2022.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SILVA, Jesué Graciliano da; SILVA, Marcelo Carlos da; SANTOS, Consuelo Aparecida Sielski. **Transformação do CEFET em IFSC: Concepções, Conquistas e Desafios**. 2014 Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>. Acesso de 02 de abr. De 2021.

STAKE, Robert. **Evaluación comprensiva y evaluación basada em estándares**. Barcelona: Graó, 2006.

Apéndice – Información sobre el artículo

Historico editorial

Submetido: 15 de Enero de 2025.

Aprobado: 01 de Junio de 2025.

Publicado: 05 de Julio de 2025.

Como Citar — APA

Sobral, M. A. M., & Paqualli, R. (2025). No novo tempo... apesar dos perigos”: a transformação do CEFET-SC em IFSC. *PARADIGMA*, XLVI(2), e2025019. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025019.id1647>.

Como Citar — ABNT

SOBRAL, Milene Aparecida Martins; PAQUALLI, Roberta. No novo tempo... apesar dos perigos”: a transformação do CEFET-SC em IFSC. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLVI, n. 2, e2025019, Jul./Dic., 2025. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025019.id1647>.

Conflicto de intereses

Nada que declarar.

Declaración de disponibilidad de datos

Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.

Derechos autorales

Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista **Paradigma** los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista **Paradigma** tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.

Acceso libre

Este artículo es de acceso abierto (**Open Access**) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (**Article Processing Charges - APCs**). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.



Licencia de uso

Este artículo es licenciado con **Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**. Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.



Comprobación de similitud

Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto **iThenticate** de Turnitin, a través del servicio de **Similarity Check** de la Crossref.



Proceso de evaluación

Revisión por pares a doble ciego (**Double blind peer review**).

Editor

Fredy E. González

Publisher

Este artículo ha sido publicado en la revista **Paradigma** vinculada al Centro de Investigaciones Educativas Paradigma (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la **Universidad Pedagógica Experimental Libertador** (Núcleo Maracay). La revista **Paradigma** publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista **Paradigma** obtuvo la calificación **Qualis A1** en la **Evaluación CAPES (2017-2020)**.

